

12.09.2017 – 16h45m

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Grupo: "Luta por um Concurso de Professores Justo"
Identificados na [página da Comissão](#).

Recebidos por: Ana Rita Bessa (CDS-PP, que presidiu à audiência), Deputado Amadeu Albergaria (PSD), Deputada Nilza de Sena (PSD), Deputado Porfírio Silva (PS), Deputada Sandra Pontedeira (PS), Deputada Maria Augusta Santos (PS), Deputada Susana Amador (PS), Deputada Lúcia Araújo Silva (PS), Deputada Palmira Maciel (PS), Deputada Joana Mortágua (BE) e Deputada Ana Mesquita (PCP).

Assunto: Listas de colocação da mobilidade interna e contratação inicial, de 25 de agosto de 2017 e as de dia 6 de setembro de 2017, por desrespeito da graduação profissional.

Exposição: A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP, que presidiu à reunião), cumprimentou a delegação presente e informou dos tempos fixados para a audiência.

Dada a palavra a Rosário Gestosa, professora de Educação Física, esta informou representar um Grupo de Professores que, perante as [listas de colocação de 25 de agosto](#), se aperceberam que os horários incompletos não foram objeto de concurso, sem que tenha sido prestada qualquer informação a este respeito.

Referiu, ainda, que o Grupo que representa apresentou a [Petição n.º 376/XIII/2.ª](#) - Solicitam a retificação das listas de mobilidade interna, e contratação inicial, de 2017-18 divulgadas pelo Ministério da Educação, que reúne mais de 4.000 assinaturas. A título pessoal, informou ter interposto uma providência cautelar, com vista a evitar que uma violação da lei, por parte do Ministério da Educação.

Expôs, assim, que a pretensão deste Grupo é a suspensão imediata da lista pública, porque a lei diz que «devem ser colocadas a concurso todas as necessidades». Na opinião deste Grupo, «todas as necessidades» incluem, necessariamente, os horários completos e incompletos. Em consequência, pretendem que sejam adotadas medidas com vista à recolocação dos professores, em conformidade com a sua carreira profissional.

Paulo Fazenda, professor de Filosofia, referiu que o que está em causa é a subtração do concurso dos horários incompletos anuais, apesar de a identificação das necessidades das escolas terem sido feitas em data anterior ao do lançamento do concurso, motivo pelo qual não percebem o porquê da supressão daqueles horários a concurso.

Face ao exposto, pretendem um processo de resolução, sugerindo a retirada das [listas da reserva de recrutamento](#), publicadas a 6 de setembro, e que, por terem considerado os horários incompletos, acabaram por levar a «uma inversão de todas as regras».

Marta Alves, professora, começou por sublinhar que são mais de 12.000 professores que estão nestas situações. Reportando-se à sua situação concreta, informou que ao fim de 17 anos de serviços foi colocada na sua opção número 161, questionando «onde é que está um sistema estável e equitativo», quando verifica ter sido ultrapassada por 41 colegas graduados abaixo de si.

Manuela Almeida, professora de Português, apelou e alertou para a necessidade de estabilidade, equilíbrio e confiança institucional, pois que o que ocorreu no presente concurso é gerador de um impacto ao nível da educação e logo para os próprios alunos. Prosseguiu, questionando qual a pretensão para a Educação em Portugal e quem é que protege os professores e as suas famílias. Realçou que o professor, assim, não tem condições, nem estabilidade, necessárias ao exercício da sua profissão.

O Senhor Deputado Amadeu Albergaria (PSD) cumprimentou o Grupo de Professores, e referiu ter tido já oportunidade de reunir com os mesmos, conhecendo o problema que aqui os trás. Assim, o que se trata de saber é se existe ou não vontade de resolver o problema.

Informou que o seu Grupo Parlamentar fez uma [pergunta regimental](#) e apresentou um requerimento, mas que a resolução prática da situação competirá ao Governo, pois criou um problema grave para os professores e, conseqüentemente para as escolas.

Por fim, e tendo conhecimento de este Grupo de Professores reunião com o Primeiro-ministro, questionou qual a posição por este manifestada quanto à situação destes professores.

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) referiu que os inícios dos anos letivos são sempre momentos de grande incerteza e de muita angústia para os professores. Quanto ao caso concreto, e compreendendo o que os Senhores Professores dizem, assinalou que todos os professores foram colocados numa das suas preferências, em conformidade com a estratégia de concurso que decidiram seguir. Concorde que o critério devia ter sido claro, do ponto de vista da informação.

No que às listas concerne, referiu não considerar ter existido uma qualquer ultrapassagem, pois que se reportam a listas diferentes (a lista de colocação de 25 de agosto e a lista da 1.ª reserva de recrutamento de setembro), sublinhando que existem momentos de colocação e, conseqüentemente, listas diferentes de colocação.

Solicitou, depois, que explicitassem qual o número de professores nesta situação, pois que não tem a percepção de serem milhares, conforme alegado.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) cumprimentou o Grupo de Professores, e referiu que o seu Grupo Parlamentar considera que o sistema atual de concurso dos professores é complexo, criando muitas dificuldades nas colocações, pelo que expressou solidariedade pela situação pessoal que cada um dos professores se encontra a passar.

Referiu que o Governo deve explicações quanto ao sucedido e que considera ser um erro, ou uma falha, o que se sucedeu ao nível da falta de informação da alteração das regras do procedimento de concurso.

Informou que o seu Grupo Parlamentar apresentou já uma [questão ao Governo](#), nomeadamente quanto à forma de mitigar este problema.

A Senhora Deputada fez, ainda, uma equiparação com os médicos e magistrados que têm direito a uma compensação em caso de deslocação, enquanto os professores não.

Sublinhou, assim, que o Governo deve encontrar uma solução para corrigir o sucedido, mas que esta solução não poderá pôr em causa o início do ano letivo. Considera que a solução a encontrar não deverá criar ou potenciar a criação de mais injustiças.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) cumprimentou o Grupo de Professores, e referiu que o seu Grupo Parlamentar está sensível a situação relatada. Com efeito, ficaram apreensivos quando souberam não ter havido uma informação prévia aos professores relativa à alteração dos procedimentos. Pensa que se tal informação tivesse sido prestado, certamente esta situação poderia ter sido evitada. Tal como referiu entender que, se não tivesse sido publicada a 1.ª lista da reserva de recrutamento, em princípio, seria possível corrigir esta situação.

Informou, ainda, que o seu Grupo Parlamentar colocou já uma [pergunta ao Governo](#), nomeadamente quanto às medidas que este pretende adotar para a resolução destas situações, solicitando, ainda, informação quanto ao número de recursos hierárquicos existentes.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referiu que o seu Grupo Parlamentar foi surpreendido com esta situação, pois que as regras do concurso não indiciavam qualquer alteração. O CDS não subscreve este tipo de concurso mas, se existe uma lei que rege estes procedimentos, então deve ser seguida.

O que está em cima da mesa é uma violação das disposições do diploma, mas o que importa, agora, é resolver a situação, sem que seja posto em causa o início do ano letivo. O que não invalida a necessidade de serem adotadas medidas corretivas.

Em consequência, o seu Grupo Parlamentar fez uma [pergunta ao Governo](#), onde é referida a violação do princípio da confiança e a violação do princípio da igualdade, pois que não foram dadas as mesmas condições a todas, tendo sido defraudadas legítimas expectativas.

Sublinhou que estamos perante uma situação de injustiça, pois que ainda que seja esta a orientação pretendida para o concurso, esta orientação deveria estar estipulada.

Afirmou que, sendo do conhecimento público que houve um encontro entre estes professores e o Senhor Primeiro-ministro, no qual este se terá comprometido com uma solução, não pode duvidar que tal não aconteça uma vez que está a palavra do Senhor Primeiro-ministro em causa. Perguntou qual foi o caminho resolutivo proposto nesse encontro.

Devolvida a palavra a Rosário Gestosa, foi pela mesma dito que foi com profunda tristeza que ouviu as palavras do Senhor Deputado Porfírio Silva (PS). Os professores concorrem porque são obrigados a isso. Durante 18 anos de concursos conseguiu sempre colocação no distrito vizinho do seu domicílio pessoal, logo considera que é uma necessidade permanente naquele distrito. Sublinhou, depois, que nunca disseram que foram ultrapassados na lista de colocação de 25 de agosto, o que disseram foi que não foram levados a concurso todos os horários disponíveis. Em virtude das colocações divulgados, recorreram ao tribunal, sentido que estão num «abismo», não dispendo de condições financeiras para a deslocação para uma escola a 200 km da sua residência, nem para custear os custos que uma ação judicial acarreta. Sente que a única solução que lhe é dada é a rescisão.

Na opinião deste Grupo de Professores o que aconteceu deveu-se a uma ilegalidade, pois que todos os horários a concurso deviam ter sido lançados.

Pretendem, ainda assim, ter um lugar que respeite a sua graduação profissional.

Quanto ao início do ano letivo garantiu que não dispõe de condições para iniciar o ano letivo, perguntando se é assim que o Governo quer começar o ano letivo.

Sublinhou que a falha que ocorreu foi grave e, mesmo que tivesse havido um aviso prévio, as consequências podiam ter sido drásticas.

Informou que o representante sindical dos professores disse que, após negociação com o Ministro da Educação, estes professores seriam colocados na 2.^a Reserva de Recrutamento, mas esta solução não é suficiente, pois que pretendem o local de trabalho com todos os horários disponíveis.

Dada a palavra a Paulo Fazenda para completar, foi pelo mesmo referido que estes concursos não podem nunca ocorrer em simultâneo, pois que os professores que concorrem à mobilidade interna estão acima dos professores que concorrem para a contratação inicial. Além de que tinha sido avançado que à contratação inicial iriam apenas os horários completos.

Referiu que não considera que tenha havido má-fé por parte do Governo, mas que houve um descuido nestes procedimentos.

A solução ideal teria passado pela não publicação da lista da 1.^a reserva de recrutamento, que daria a oportunidade aos professores insatisfeitos de se candidatarem aos horários incompletos. A publicação desta lista lançou o caos e a solução que terá sido hoje avançada pelo Ministério não satisfaz porque os horários que aparecerão serão incompletos.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) agradeceu a presença do Grupo de Professores e a exposição e esclarecimentos por estes prestados quanto à questão das listas de colocação publicadas a 25 de agosto.

A audiência foi objeto de gravação, disponível na [página da Comissão na internet](#), constituindo parte integrante desta ata, o que dispensa maiores desenvolvimentos nesta sede.

Palácio de São Bento, 12 de setembro de 2017

A assessora
Ágata Leite